

O GLOBO

EMPRESA JORNALÍSTICA BRASILEIRA LTDA • Rua Irineu Marinho 35 • 20233-900 Rio de Janeiro • Fax (021) 534-5535

Vice Presidentes ROGÉRIO MARINHO • JOÃO ROBERTO MARINHO

Diretor Geral • LUIZ EDUARDO VASCONCELOS

Diretor de Redação • MERVAL PEREIRA

Diretor Administrativo Financeiro. • Arthur de Almeida

Diretor de Mercado • José Padilha

Diretor de Planejamento e RH • Antonio Carlos Conrado

Diretor de Tecnologia • Paulo Novaes

Conselho Consultivo • Francisco Graell • Luiz Paulo J. Vasconcelos

TELEFONES

Geral e Redação	(021) 534-5000	Assinaturas	(021) 217-3000 / (0800) 218-433
Classificados	(021) 533-2338	Globofax / Pesquisa	(021) 534-5742
Classifone	(021) 534-4333	Agência O GLOBO	(021) 534-5742
Publicidade / Noticiário	(021) 534-5500	Jornais de Bairro / Publicidade	(021) 292-3122

DEFESA DO CONSUMIDOR • As queixas deverão ser enviadas por escrito para o endereço acima

Recusa ao método

EDUARDO JORGE

Em 1993, apresentei uma proposta de Emenda Constitucional sobre a Previdência Social, antes mesmo das eleições. Durante meses debati com o meu partido, ganhando-o para a proposta e para a necessidade de uma reforma que fortalecesse e tornasse mais justa a seguridade social. Isto talvez explique a receptividade na Câmara do discurso que fiz imediatamente antes da votação da quarta-feira, dia 6 de março de 1996. Vejamos o raciocínio:

1. É necessária uma reforma. Suas diretrizes deveriam ser o fortalecimento da seguridade social, um regime básico com princípios universais entre um e dez salários-mínimos, previdência complementar pública e privada, gestão pública e não meramente estatal e uma transição gradualista;

2. O chamado Relatório Euler não era uma reforma, e sim um ajuste às custas de cortes de direitos dos trabalhadores rurais, dos servidores, além da destruição dos fundos de pensão etc;

3. O método para se chegar a este relatório após a iniciativa do diálogo entre o Executivo e as centrais sindicais foi excludente. Com as portas fechadas, alguns poucos líderes faziam e desfaziam acordos que eram implantados em sucessivos "Relatórios Euler", atropelando o regimento e impedindo a discussão por outras entidades e pelos próprios deputados. O processo culminou com o temerário e autoritário fechamento da comissão especial, impedindo sua ação técnica e política de preparar o projeto para votação em plenário.

Este é o sentido principal da rejeição, e não um choque entre a oposição e o Governo, pois a metade dos votos contrários veio da própria base governista. Foi uma recusa ao método e ao produto. Quais as saídas possíveis? •

1. Recauchutagem e rolo compressor, uma ati-

tude desesperada e questionável regimentalmente. No caso de uma nova derrota será nomeado um terceiro relator, que fará um terceiro substitutivo? O processo se repetirá infinitamente? Vão reaproveitar conteúdos já rejeitados no Relatório Euler? É questionável também a possibilidade de se chegar a um conteúdo coerente com a polêmica matéria-prima disponível e a impossibilidade regimental do relator e dos demais deputados de aperfeiçoá-la com novas sínteses e novas idéias. Vejamos algumas pérolas governistas que estão orientando esta tentativa aventureira: "Se passar um frankenstein eu já fico feliz" (Luís Eduardo). "O que importa é desobstruir a pauta" (José Anibal). "Se quiser provar que não é imbecil, da próxima vez vote a favor" (Jorge Bornhausen). Fernando Henrique quer que se anotem os pedidos dos "infiéis". A maioria deve ser atendida, e alguns punidos. Não é possível que uma reforma importante como esta seja feita com este clima por parte da maioria governista. A preocupação não é reformar, é reverter o revés político a qualquer custo;

2. O que eu propus logo após a votação foi a retirada do projeto governamental mediante acordo

geral do plenário. Isto é plenamente possível. A vantagem: ele não seria considerado derrotado. Assim um novo projeto, mais amadurecido, poderá ser apresentado logo em seguida e tramitar normalmente ainda este ano, como é necessário numa votação de um assunto complexo como este.

Na primeira opção, o Governo pode ganhar alguns meses, porém o país perderá anos, pois no lugar da reforma desejada teremos um ajuste capenga e incoerente. Uma reprise do que o próprio O GLOBO de 14 de fevereiro último já dizia antes da votação do relatório Euler/FH: "Ficou para depois. Ficou para tempos mais lúcidos."

EDUARDO JORGE é deputado federal pelo PT-SP.

Um novo
projeto, mais
amadurecido,
poderá ser
apresentado